



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ASSESSORIA CLIC

RELATÓRIO

1. **PROCESSO: 21000.042507/2025-77**

1.1. Tratam-se os autos do Pregão Eletrônico, sob o n.º 90024/2025, para aquisição de máquinas e equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.

1.2. O item **21** teve proposta apresentada pela empresa WEST MAQ LTDA inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10 (SEI 49325339), no qual após análise pela Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, aceitou e a habilitou, conforme Despachos 3 e 24 (SEI 49606309 e 50073228).

2. **PARTES**

2.1. **RECORRENTE:** XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, (SEI 50290977).

2.2. **RECORRENTE:** RZK AGRO LTDA inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82, (SEI 50290977).

2.3. **RECORRIDA:** WEST MAQ LTDA inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10, (SEI 50397712).

3. **DAS PRELIMINARES**

3.1. Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, por parte da Recorrente, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

4. **DAS FORMALIDADES LEGAIS**

4.1. Na sessão pública do Pregão em referência, realizada em 03/02/2026, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irresignação, restando estabelecida a data de 06/02/2025 como prazo final para apresentação de recurso, tendo sido apresentadas as razões do recurso no prazo estabelecido.

4.2. Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de modificação da decisão de habilitação do fornecedor **WEST MAQ LTDA** inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10, que motivou o recurso em face às suas alegações.

4.3. Verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo ao previsto no item 13 do instrumento convocatório - Edital 90024-2025 - (SEI 48875943), nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.,

5. DAS RAZÕES RECURSAIS

5.1. A RECORRENTE (**XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ **14.707.364/0001-10**) insurge-se contra a decisão do Pregoeiro quanto à habilitação do fornecedor **WEST MAQ LTDA** inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10, alegando em síntese que:

(...)

DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

A XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. possui inquestionável legitimidade para interpor o presente recurso, por ser licitante no Pregão Eletrônico nº 90024/2025 e ter interesse direto na anulação da decisão de habilitação das Recorridas do presente certame.

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, em sua Seção 11, intitulada "Dos Recursos", estabelece expressamente a possibilidade de interposição de recurso referente ao julgamento das propostas e à habilitação ou inabilitação de licitantes, observando o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

[Imagem]

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, conforme item 13.2 do Edital. A intenção de recorrer foi manifestada tempestivamente e as presentes razões recursais são apresentadas dentro do prazo legal. A data deste protocolo está em estrita conformidade com o prazo estabelecido pela Administração, garantindo a plena eficácia do direito de recorrer assegurado à Recorrente.

A interposição do presente recurso é, ademais, fundamental para assegurar a observância dos princípios da legalidade e da competitividade, que são pilares das licitações públicas. O questionamento das decisões que afetam a regularidade e a lisura do certame é um direito e um dever dos licitantes, contribuindo para a correção de eventuais desvios e para a proteção do interesse público subjacente à contratação administrativa. A presente peça recursal está respaldada nas normas editalícias e na legislação aplicável, configurando-se como instrumento legítimo para a busca da retidão do procedimento.

- III - DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DAS EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS DOS ITENS 01, 02, 03 e 21

III.II. WEST MAQ LTDA.

A. DIVERGÊNCIA DE ENDEREÇO

Inicialmente, cumpre observar que a licitante WEST MAQ LTDA, cujo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é 46.249.732/0001-10 e Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) é 11201063416, tem como sócio administrador o Sr. Eduardo de Almeida, e como contador o Sr. Everton Xavier Mota. A empresa é representada no certame pelo procurador Renner Belo Vinhal Junior, conforme procuração e declarações apresentadas.

Uma primeira e notável inconsistência reside na divergência de informações relativas ao endereço da sede da licitante, conforme constante em diversos documentos. A Certidão Simplificada da JUCEMAT, o Cartão CNPJ, o Alvará de Funcionamento e as Alterações Contratuais (3ª e 4ª Alteração) indicam o endereço "Rua Quintino Bocaiuva, nº 1.525, Sala B, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76.801-250".

A procuração outorgada ao representante legal para este certame também menciona "Rua Quintino Bocaiuva, nº 1525, Sala B, Bairro Olaria, Porto Velho/RO". Contudo, a Declaração de Distribuição da LOVOL, que atesta a WEST MAQ LTDA como distribuidora autorizada, apresenta um endereço distinto para a Rua Quintino Bocaiuva, indicando o número "6.591" em vez de "1.525", mantendo o restante do endereço idêntico. Essa discrepância no número do imóvel, em um documento tão relevante como a Declaração de Distribuição do fabricante, levanta sérias dúvidas quanto à precisão das informações e à real localização da sede da empresa, o que pode

comprometer a veracidade das declarações prestadas e a exatidão dos dados essenciais para a fiscalização contratual.

[Imagem]

Adicionalmente, os Balanços Patrimoniais referentes aos exercícios de 2023 e 2024, juntamente com os extratos do Livro Diário nº 02 de 2023, indicam o endereço antigo da empresa como "Rua da Beira, nº 6591, sala C, Bairro Lagoa, Porto Velho/RO, CEP: 76812 0003". Embora seja compreensível que documentos contábeis possam refletir o endereço vigente no período a que se referem, a ausência de uma clara atualização em todos os registros do fabricante, conforme a Declaração de Distribuição da LOVOL, gera uma inconsistência que demanda esclarecimentos por parte da licitante.

B. DA DISCREPÂNCIA NO PORTE DA EMPRESA E SEU IMPACTO NA DECLARAÇÃO UNIFICADA

A natureza jurídica e o porte da empresa são informações cruciais para a participação em licitações, especialmente no que tange aos benefícios concedidos a Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI). Neste caso, a Certidão Simplificada da JUCEMAT e o Cartão CNPJ da WEST MAQ LTDA qualificam a empresa como "EPP (Empresa de Pequeno Porte)". Entretanto, a Declaração Unificada apresentada pela licitante em 18 de dezembro de 2025, especificamente em seu item 7, afirma "Declaração de que NÃO ESTAMOS ENQUADRADOS COMO ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006".

[Imagem]

Esta declaração é flagrantemente contraditória com os documentos oficiais de registro da empresa, que a classificam como EPP. A licitante não pode, ao mesmo tempo, ser uma EPP para fins de registro e declarar que "NÃO ESTAMOS ENQUADRADOS COMO ME, EPP ou MEI". Tal inconsistência configura uma possível declaração falsa ou, no mínimo, ambígua, que precisa ser esclarecida. Embora o Edital no item 3.6 estabeleça que "não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas", a contradição na autodeclaração da licitante sobre seu porte pode levantar questionamentos sobre a boa-fé e a precisão das informações prestadas, afetando a lisura do processo.

C. DA LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR (LCVM)

O Termo de Referência é taxativo ao exigir a apresentação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) emitida pelo IBAMA, que evidencie o atendimento às fases exigidas do PROCONVE, no momento da habilitação. A licitante apresentou uma LCVM para o motor WP3.2G80E316, válida até 31 de dezembro de 2026. No entanto, esta licença foi emitida em nome da "WANVE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO E INSPEÇÃO LTDA", inscrita no CNPJ 35.345.006/0001-85.

[Imagem]

A LCVM é um documento específico que atesta a conformidade ambiental de veículos ou motores e deve estar em nome do fabricante, importador ou responsável pela comercialização do produto no mercado nacional. A apresentação de uma LCVM em nome de uma terceira empresa, que não a própria licitante ou o fabricante diretamente vinculado à licitante (neste caso, LOVOL), constitui uma falha crítica no atendimento ao requisito editalício, pois não comprova que o produto ofertado pela WEST MAQ LTDA possui a devida licença em nome da empresa proponente.

A empresa Recorrente, inclusive, foi desclassificada no Pregão Eletrônico nº 90010/2025, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, quanto aos itens 26 ao 30, pelo menos motivo que ora se impugna. Veja-se a Nota Técnica abaixo colacionada:

[Imagem]

Embora haja uma declaração do fabricante LOVOL mencionando a WANVE como um de seus distribuidores e atestando a conformidade dos tratores com a LCVM, a exigência do Termo de Referência é clara quanto à apresentação da LCVM que evidencie o atendimento às fases exigidas. A ausência da LCVM diretamente em nome da WEST MAQ LTDA para o modelo de trator ofertado inviabiliza a comprovação da conformidade ambiental do produto sob a responsabilidade da licitante.

Diante disso, pleiteia-se a desclassificação da empresa WEST MAQ LTDA., em virtude da ausência de cumprimento dos requisitos exigidos no edital do presente certame, em consonância com os princípios intrínsecos aos procedimentos licitatórios, principalmente, o da isonomia e ampla concorrência.

D. DECLARAÇÃO DO FABRICANTE COM INFORMAÇÃO INCONSISTENTE SOBRE A SEDE DA LICITANTE

A Declaração do Fabricante LOVOL (Weichai Lovol Intelligent Agricultural Technology Co., Ltd.), datada de 01 de dezembro de 2025, embora reitere o atendimento às especificações técnicas do trator Lovol 754 e confirme a WEST MAQ LTDA como importadora e distribuidora, apresenta uma inconsistência de informação sobre a sede da licitante. O documento afirma que a "empresa WEST MAQ LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.249.732/0001 10 com sede em Cuiabá é importadora e distribuidora de nossos tratores".

[Imagem]

Esta informação contradiz diretamente o Contrato Social consolidado da WEST MAQ LTDA, bem como sua Certidão Simplificada da JUCEMAT e Cartão CNPJ, que indicam expressamente o município de Porto Velho/RO como a sede da empresa. A sede da empresa é um dado fundamental para sua identificação e regularidade cadastral.

[Imagem]

Uma declaração do fabricante que contém uma informação incorreta sobre a localização da sede da licitante, além de ser uma imprecisão factual, pode gerar dúvidas sobre a organização interna e a conformidade das informações prestadas por meio da cadeia de fornecimento, exigindo esclarecimentos. O que desde já se requer.

-VII- DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, e em estrita observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a Recorrente, XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., vem, respeitosamente, perante a Autoridade Competente, requerer, nos termos da Lei 14.133/2021:

1. CONHECER o presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e atender a todos os requisitos formais e materiais exigidos pelo Edital;
2. RECONSIDERAR o ato que manteve a habilitação das empresas VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. e WEST MAQ. LTDA., ou, subsidiariamente, remeter o recurso à Autoridade Superior, conforme item 13.5 do Edital, para que seja proferida a decisão final;
3. NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO integral ao Recurso, para que:
(...)

b) Seja declarada a INABILITAÇÃO da empresa WEST MAQ LTDA. para o Item 21, em virtude do não cumprimento das exigências do item 14.1.5 do Edital, em razão das inconsistências nas declarações e documentos oficiais indicadas em tópico próprio nessas razões recursais, bem como a ausência de cumprimento dos requisitos exigidos para a LCVM - Licença para a Configuração de Uso de Veículo ou Motor.

4. Como consequência do provimento, seja determinada a imediata reanálise da ordem de classificação dos Itens 01, 02, 03 e 21, promovendo-se a

adjudicação do objeto aos licitantes subsequentes que atendam integralmente às exigências editalícias.

5. Determinar o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, convocando-se a Recorrente, XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., para a etapa de negociação e verificação de sua proposta, em conformidade com a ordem de classificação legal.

6. Seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso tendo em vista a verossimilhança dos fatos e a probabilidade do direito aqui e ora vindicado e a eminência de dano irreparável ou de difícil reparação para a Administração Pública;

7. Seja feita a comunicação dos demais participantes para que, caso queiram, apresentem contrarrazões ao presente recurso administrativo;

8. De forma alternativa, caso a r. decisão recorrida não seja retratada pelo ilustre Pregoeiro, requer que o presente recurso administrativo seja devidamente instruído e remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento;

9. Seja enviado cópia integral da licitação para o Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União para que tomem conhecimento e providências sobre as irregularidades aqui e ora apresentadas.

A Recorrente reitera o seu compromisso com a legalidade do processo e aguarda o integral acolhimento dos argumentos apresentados, visando a seleção de um fornecedor que efetivamente atenda aos requisitos técnicos exigidos, garantindo-se, assim, a contratação de máquinas pesadas adequadas e seguras para a Administração Pública.

5.2. A RECORRENTE (**RZK AGRO LTDA inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82**) insurge-se contra a decisão do Pregoeiro quanto à habilitação do fornecedor **WEST MAQ LTDA** inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10, alegando em síntese que:

II - DOS FATOS

A empresa WEST MAQ LTDA foi declarada vencedora do Item 21, cuja abrangência territorial de fornecimento e suporte técnico compreende todos os Estados da Região Centro-Oeste (MT, MS, GO e DF), circunstância que, por si só, exige comprovação inequívoca, robusta e documental da capacidade técnica e operacional para atendimento integral da região, conforme disciplinado no Termo de Referência.

Entretanto, a análise objetiva e técnica da documentação apresentada na fase de habilitação evidencia a ocorrência de irregularidades graves, de natureza material e insanável, que comprometem a legalidade da habilitação e a própria viabilidade da execução contratual, consubstanciadas nos seguintes achados:

1 – Inexistência de comprovação válida de assistência técnica autorizada em todos os Estados da Região Centro-Oeste.

A licitante não comprovou, de forma documental e idônea, a existência de rede de assistência técnica autorizada em todos os Estados abrangidos pelo Item 21, em descumprimento direto aos itens 4.2.8, 5.17, 5.17.1 e 5.18 do Termo de Referência, inexistindo comprovação de estrutura física adequada, estoque mínimo de peças, equipe técnica qualificada e experiência mínima exigida.

2 – Apresentação de declaração de assistência técnica apócrifa, sem identificação do signatário e sem comprovação de legitimidade.

Para fins de atendimento às exigências editalícias, a empresa apresentou declaração supostamente emitida pelo fabricante, a qual não contém identificação do subscritor, inexistindo nome, cargo, função, poderes de representação ou qualquer elemento que permita aferir o vínculo jurídico com o fabricante. Trata-se, portanto, de documento apócrifo, destituído de autoria identificável e incapaz de produzir efeitos jurídicos, sendo impróprio para

comprovar requisito técnico essencial à habilitação.

3 - Ausência de comprovação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor(LCVM) correspondente ao equipamento ofertado.

Verificou-se, ainda, que a licitante não apresentou LCVM específica e correlata ao equipamento ofertado, em afronta direta aos itens 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência, deixando de demonstrar o atendimento às fases do PROCONVE, requisito ambiental obrigatório e condição prévia para a regular contratação.

Os achados acima não se enquadram como impropriedades formais ou passíveis de saneamento, mas configuram falhas materiais objetivas, que inviabilizam a comprovação da capacidade técnica exigida, fragilizam a execução contratual e maculam a legalidade do certame, em violação aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

A manutenção da habilitação da empresa WEST MAQ LTDA, diante de tais achados, representa risco concreto à Administração Pública, além de potencial enquadramento como erro grosseiro, por contrariar exigências editalícias claras, objetivas e amplamente verificáveis.

III - DO DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Itens 4.2.8, 5.17, 5.17.1 e 5.18 do Termo de Referência)

O item 4.2.8 do Termo de Referência estabelece, de forma expressa, objetiva e vinculante, que o licitante vencedor deverá comprovar, na região para a qual se sagrou vencedor, a existência efetiva e operacional de:

- distribuidor autorizado de peças;
- prestador autorizado de assistência técnica;
- estrutura física adequada;
- estoque mínimo de peças;
- ferramental, veículos e mão de obra tecnicamente qualificada.

O mesmo dispositivo condiciona tal comprovação à apresentação de declaração emitida pelo fabricante, preferencialmente assinada com certificado digital e-CNPJ, contendo, no mínimo, CNPJ, razão social, endereço, município, unidade da federação, telefone, e-mail e natureza da prestação (peças, serviços ou ambos), de modo a permitir a verificação objetiva da capacidade de atendimento e a responsabilização futura do fabricante.

De forma complementar e cumulativa, o item 5.17 do Termo de Referência determina que, no momento da habilitação, o licitante vencedor apresente declaração formal comprovando que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região de abrangência do item, exigência reiterada e reforçada pelo item 5.17.1, que impõe a existência de equipe qualificada, estoque de peças e plena execução dos serviços durante todo o período de garantia.

A análise técnica da documentação apresentada pela empresa WEST MAQ LTDA evidencia que nenhuma dessas exigências foi atendida de forma plena, consistente e verificável. A licitante limitou-se à apresentação de documentação parcial, genérica e desprovida de elementos mínimos de comprovação, incapaz de demonstrar a existência de assistência técnica autorizada em todos os Estados da Região Centro-Oeste, conforme exigido de forma cumulativa pelo Termo de Referência.

Tal constatação caracteriza descumprimento material e objetivo das exigências editalícias, não se tratando de impropriedade formal ou passível de saneamento, mas de ausência de comprovação de requisito técnico essencial à execução contratual, o que inviabiliza a contratação.

A irregularidade identificada afronta diretamente:

- o § 2º do art. 47, combinado com o inciso II do art. 67, ambos da Lei nº 14.133/2021, que condicionam a contratação à comprovação de

condições que assegurem a adequada execução do objeto e o suporte técnico durante o período de garantia;

- o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao se admitir habilitação em desacordo com exigências claras e previamente estabelecidas;
- o princípio da segurança da execução contratual, ao se permitir a contratação de empresa sem capacidade técnica comprovada para atendimento regional.

Ressalte-se que a exigência de assistência técnica regional não possui natureza meramente formal ou acessória, mas constitui condição crítica e indispensável à execução do objeto, uma vez que se trata de máquinas pesadas, cujo funcionamento regular, manutenção preventiva e corretiva e preservação da garantia dependem de suporte técnico contínuo, imediato e descentralizado, sob pena de paralisação operacional, prejuízo ao interesse público e responsabilização administrativa.

Diante desse quadro, resta tecnicamente caracterizada a irregularidade grave, consistente no descumprimento de requisito técnico essencial, a qual impõe a inabilitação da empresa WEST MAQ LTDA, por absoluta incompatibilidade entre a documentação apresentada e as exigências objetivamente estabelecidas no Termo de Referência.

VI - DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA MÍNIMA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Item 5.18 do Termo de Referência)

O item 5.18 do Termo de Referência estabelece, de forma objetiva, vinculante e não mitigável, que o distribuidor ou a assistência técnica autorizada indicada pelo licitante deve comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços relacionados à marca do equipamento ofertado.

Tal exigência constitui requisito técnico essencial, diretamente relacionado à capacidade operacional, à continuidade da execução contratual e à mitigação de riscos técnicos, especialmente considerando tratar-se de máquinas pesadas, cuja indisponibilidade ou falha de manutenção gera impactos relevantes ao interesse público.

A empresa WEST MAQ LTDA não apresentou qualquer comprovação idônea, objetiva e verificável de que as assistências técnicas indicadas — em todos os Estados da Região Centro Oeste (MT, MS, GO e DF) — possuam a experiência mínima exigida de 12 (doze) meses.

Não foram juntados aos autos:

- contratos de prestação de serviços;
- atestados técnicos válidos;
- declarações formalmente identificadas e assinadas por responsáveis qualificados;
- documentos que demonstrem histórico operacional contínuo;
- qualquer outro elemento probatório capaz de evidenciar o cumprimento do requisito temporal mínimo exigido.

O que se verifica é silêncio documental absoluto quanto a esse ponto, o que impede qualquer juízo positivo de conformidade.

A exigência do item 5.18 não admite presunção, declaração genérica ou complementação posterior, pois se refere à qualificação técnica, a qual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deve estar integralmente comprovada no momento da habilitação.

A manutenção da habilitação da recorrida, mesmo diante da inexistência de prova da experiência mínima exigida, expõe a Administração a riscos elevados, tais como:

- paralisação de equipamentos por falhas não sanadas;
- aumento de custos com manutenção corretiva emergencial;
- descumprimento de prazos operacionais;
- potencial responsabilização do gestor por admissão de licitante

tecnicamente inapta.

Trata-se de falha material, grave e insanável, que contamina a habilitação técnica e impõe, como consequência lógica e jurídica, a inabilitação da licitante.

Diante da não comprovação do requisito objetivo previsto no item 5.18, resta caracterizada inaptidão técnica, sendo vedada qualquer interpretação flexibilizadora, sob pena de violação:

- ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- ao princípio da isonomia;
- e à jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, que reiteradamente rechaçam a habilitação baseada em documentação incompleta ou inexistente.

Assim, a ausência de comprovação da experiência mínima da assistência técnica configura causa autônoma e suficiente de inabilitação, independentemente das demais irregularidades já apontadas.

IV - DA IRREGULARIDADE NA LICENÇA LCVM - AUSÊNCIA DE CORRESPONDÊNCIA COM O EQUIPAMENTO OFERTADO (Itens 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência)

O Termo de Referência estabelece, de forma expressa, objetiva e cogente, que somente serão admitidos no certame equipamentos que possuam Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) válida e estritamente correspondente ao equipamento ofertado, nos seguintes termos:

- Item 4.2.3: somente será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam LCVM – fase MAR-I;
- Item 4.2.4: o adjudicatário deverá apresentar, no momento da habilitação, a LCVM emitida pelo IBAMA que evidencie o atendimento às fases exigidas do PROCONVE, relativa ao equipamento efetivamente ofertado.

Trata-se de exigência essencial e inderrogável, vinculada ao cumprimento da legislação ambiental, à regularidade do objeto e à validade jurídica da contratação, não se tratando de formalidade acessória ou passível de flexibilização.

Vejamos o LCVM apresentado pela Qwest maq Ltda

[imagem]

IV. 1 Inconsistência Técnica da Documentação Apresentada

A análise da documentação apresentada pela empresa WEST MAQ LTDA revela inconformidade técnica grave, consistente na ausência de correspondência inequívoca entre a LCVM juntada aos autos e o equipamento ofertado no Item 21.

A licença apresentada:

- não identifica de forma clara e objetiva o modelo, configuração, motorização ou especificações técnicas do equipamento ofertado;
- não permite estabelecer nexo técnico verificável entre o documento ambiental e o bem licitado;
- inviabiliza a comprovação do atendimento às fases do PROCONVE exigidas no edital.

Em outras palavras, a LCVM apresentada não comprova que o equipamento ofertado está regularmente licenciado para uso no território nacional, nem que atende aos padrões ambientais legalmente exigidos.

A falha identificada não admite saneamento, por se tratar de requisito técnico ambiental obrigatório, cuja comprovação deve ocorrer no momento da habilitação, sob pena de nulidade da habilitação e da própria contratação.

A aceitação de LCVM sem correspondência técnica com o equipamento ofertado configura:

- violação direta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

- afronta à legislação ambiental federal e às normas do PROCONVE/IBAMA;
- assunção de risco jurídico e ambiental indevido pela Administração;
- potencial responsabilização do gestor por permitir a contratação de objeto ambientalmente irregular.

Diante da inexistência de comprovação válida, inequívoca e tecnicamente verificável de que o equipamento ofertado pela empresa WEST MAQ LTDA possui LCVN correspondente e compatível, resta configurada irregularidade grave e insanável, que impõe, de forma necessária e vinculada, a inabilitação da licitante no Item 21.

A manutenção da habilitação, nas condições expostas, afronta o edital, a legislação ambiental e os princípios que regem as contratações públicas, tornando-se juridicamente insustentável.

V - DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO APÓCRIFO COMO FUNDAMENTO AUTÔNOMO E INEQUÍVOCO DE INABILITAÇÃO - CONFIGURAÇÃO DE ERRO GROSSEIRO (art. 155 da lei nº 14.133/2021)

A empresa WEST MAQ LTDA apresentou, para fins de atendimento aos itens 4.2.8 e 5.17 do Termo de Referência, declaração de assistência técnica supostamente emitida pelo fabricante dos tratores, a qual não ostenta qualquer identificação válida do signatário, configurando-se, de forma inequívoca, DOCUMENTO APÓCRIFO, vejamos:

[imagem]

O referido documento contém apenas uma assinatura ilegível, inexistindo:

- nome completo do signatário;
- cargo ou função exercida;
- comprovação de poderes de representação;
- vínculo jurídico com o fabricante;
- assinatura (e-CNPJ), conforme preferencialmente exigido pelo Termo

Dessa forma, não é possível aferir quem subscreveu o documento, em qual qualidade o fez e se possuía legitimidade para declarar a existência de assistência técnica autorizada, tornando imprestável e juridicamente inválida a documentação apresentada.

V. 1. Documento apócrifo não produz efeitos jurídicos em licitação

Documento apócrifo, por definição, é aquele sem autoria identificável, sem responsabilidade atribuível e sem validade probatória, sendo inadmissível para comprovação de requisito técnico essencial em procedimento licitatório.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que declarações sem identificação do signatário ou sem comprovação de poderes de representação não podem ser aceitas, sobretudo quando relacionadas à execução contratual:

Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário “A ausência de identificação do signatário e da comprovação de poderes de representação invalida o documento apresentado para fins de habilitação.” Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário “Declarações genéricas, sem identificação clara do responsável legal ou técnico, não atendem às exigências editalícias e impõem a inabilitação do licitante.” Acórdão TCU nº 3.046/2020 – Plenário Reafirma a impossibilidade de saneamento quando o documento essencial é inexistente ou inválido.

Assim, não se trata de falha formal, mas de ausência absoluta de comprovação de requisito técnico essencial, insuscetível de saneamento.

V. 2. Violação direta ao Termo de Referência e agravamento da irregularidade

O Termo de Referência exige que a comprovação da assistência técnica:

- seja emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado;
- permita a identificação clara do responsável;

- assegure a responsabilização futura quanto ao suporte técnico.

A aceitação de declaração apócrifa:

- viola os itens 4.2.8, 5.17 e 5.17.1;
- impede a verificação da veracidade da informação;
- compromete a garantia do objeto;
- fragiliza a execução contratual;
- elimina qualquer possibilidade de responsabilização do fabricante.

Trata-se, portanto, de irregularidade autônoma, suficiente, por si só, para inabilitar a empresa WEST MAQ LTDA, independentemente das demais falhas já demonstradas.

V. 3. Configuração de ERRO GROSSEIRO e risco de responsabilização do gestor (art. 155 da Lei nº 14.133/2021)

A eventual aceitação de documento apócrifo como prova de atendimento a requisito técnico essencial configura, à luz da jurisprudência do TCU, ERRO GROSSEIRO, por se tratar de falha evidente, objetiva e facilmente identificável.

Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

“O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

O próprio TCU já reconheceu que a aceitação de documentação inválida ou sem autoria identificável pode ensejar responsabilização pessoal:

Acórdão TCU nº 1.793/2017 – Plenário “A aceitação de documentos sem validade jurídica, quando objetivamente verificável, caracteriza erro grosseiro apto a ensejar responsabilização do agente público.”

Assim, manter a habilitação da empresa WEST MAQ LTDA com base em declaração apócrifa não apenas viola o edital e a Lei nº 14.133/2021, como expõe os agentes responsáveis a risco concreto de responsabilização em sede de controle externo, inclusive com eventual imputação de débito ou instauração de Tomada de Contas Especial.

VII - - DO ALERTA PREVENTIVO PARA FINS DE CONTROLE EXTERNO E DA RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR (Art. 155 da Lei nº 14.133/2021)

Registra-se, para fins de controle, governança e responsabilização, que a eventual manutenção da habilitação da empresa WEST MAQ LTDA, não obstante a constatação de descumprimentos objetivos, materiais e insanáveis das exigências técnicas do Termo de Referência, extrapola o âmbito de mera irregularidade formal e configura risco concreto de irregularidade grave, com inequívoca relevância para fins de controle externo, notadamente pelo Tribunal de Contas da União.

As falhas identificadas — ausência de comprovação válida de assistência técnica em todos os Estados da região, inexistência de demonstração da experiência mínima exigida, apresentação de LCVM sem correspondência técnica com o equipamento ofertado e utilização de documentação apócrifa — atingem o núcleo da qualificação técnica e da regularidade ambiental do objeto, comprometendo diretamente a exequibilidade contratual, a segurança da execução e a legalidade da contratação.

VI.1 Entendimento Consolidado do TCU

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é uniforme e reiterada no sentido de que não é juridicamente admissível a flexibilização, relativização ou convalidação de requisitos técnicos essenciais previstos no edital, sobretudo quando objetivamente verificáveis e diretamente relacionados à execução contratual.

Nesse sentido, destacam-se:

Acórdão TCU nº 1.793/2017 – Plenário “A inobservância de exigências técnicas essenciais previstas no edital, quando evidentes e objetivamente verificáveis, pode caracterizar erro grosseiro apto a ensejar a responsabilização do gestor.”

Acórdão TCU nº 2.146/2019 – Plenário “A Administração não pode relevar exigências técnicas sob pena de violação aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da responsabilização dos agentes envolvidos.”

VI.2 Enquadramento no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021

À luz do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, é inequívoco que o agente público responde pessoalmente por suas decisões ou manifestações técnicas quando caracterizado dolo ou erro grosseiro, especialmente quando:

- há descumprimento frontal de cláusulas editalícias claras e objetivas;
- as irregularidades são facilmente identificáveis na fase de habilitação;
- inexistente margem razoável para interpretação diversa;
- a decisão administrativa contraria frontalmente o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

A manutenção da habilitação de licitante manifestamente inabilitável, nas condições ora demonstradas, enquadra-se com precisão no conceito de erro grosseiro, por representar violação consciente ou inescusável do dever de observância ao edital e à lei, expondo a Administração e seus agentes a riscos jurídicos, operacionais e pessoais.

VI.3 Caráter Preventivo do Presente Recurso

Dessa forma, o presente recurso não se limita à defesa de interesse subjetivo, mas assume nítido caráter preventivo, ao alertar formalmente esta Administração quanto:

- ao risco de nulidade do certame ou da contratação;
- à possibilidade de imputação de responsabilidade pessoal aos agentes envolvidos;
- à inevitável exposição do procedimento ao controle externo;
- e ao comprometimento da governança e da integridade do processo licitatório.

O provimento do presente recurso, com a consequente inabilitação da empresa WEST MAQ LTDA, revela-se medida juridicamente vinculada, tecnicamente necessária e institucionalmente prudente, não apenas para restabelecer a legalidade do certame, mas também para resguardar os próprios agentes públicos, afastando qualquer futura imputação de erro grosseiro, irregularidade grave ou responsabilização pessoal.

VII - DO PEDIDO FINAL E DA CONCLUSÃO DO RECURSO

Diante de todo o exposto, restou tecnicamente demonstrado que a empresa WEST MAQ LTDA não atendeu a requisitos técnicos essenciais previstos no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, incorrendo em múltiplas irregularidades para ensejar sua inabilitação no Item 21.

Ficou comprovado, em síntese, que a licitante:

1. Não comprovou a existência de assistência técnica autorizada em todos os Estados da Região Centro-Oeste (MT, MS, GO e DF), em afronta direta aos itens 4.2.8, 5.17 e 5.17.1 do Termo de Referência, ao § 2º do art. 47 e ao inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
2. Não demonstrou a experiência mínima de 12 (doze) meses da assistência técnica autorizada, conforme exigido no item 5.18 do Termo de Referência, deixando de apresentar contratos, atestados ou documentos idôneos capazes de comprovar a qualificação técnica exigida;
3. Apresentou declaração de assistência técnica emitida pelo fabricante contendo assinatura sem identificação, sem indicação de nome, cargo, vínculo funcional ou poderes de representação, configurando documento apócrifo, imprestável para fins de habilitação, o que constitui fundamento autônomo e suficiente de inabilitação, amplamente rechaçado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União;
4. Não apresentou Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) com correspondência técnica inequívoca ao equipamento ofertado, em

violação direta aos itens 4.2.3 e 4.2.4 do Termo de Referência, bem como à legislação ambiental aplicável (IBAMA/PROCONVE), comprometendo a regularidade jurídica e ambiental do objeto;

5. Submeteu documentação incapaz de comprovar a regularidade técnica, operacional e ambiental da proposta, tornando juridicamente insustentável a sua manutenção na fase de habilitação.

As irregularidades acima descritas não possuem natureza formal ou sanável, atingem o núcleo da qualificação técnica e da regularidade do objeto, e impedem a formação válida do contrato, sendo vedada qualquer flexibilização, convalidação ou complementação posterior, sob pena de violação:

- ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- ao princípio da legalidade;
- ao princípio da isonomia;
- à segurança da execução contratual;
- e ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

Ressalte-se, ainda, que a eventual manutenção da habilitação da empresa WEST MAQ LTDA, mesmo diante de falhas objetivas, evidentes e amplamente demonstradas, configura erro grosseiro, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, com potencial responsabilização pessoal dos agentes públicos envolvidos, conforme reiterada jurisprudência do TCU.

Diante disso, requer-se:

- a) O conhecimento e o integral provimento do presente recurso administrativo;
- b) A imediata INABILITAÇÃO da empresa WEST MAQ LTDA, CNPJ nº 46.249.732/0001-10, no Item 21 do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, por descumprimento de exigências técnicas essenciais do Termo de Referência;
- c) O reconhecimento expresso da imprestabilidade do documento apócrifo apresentado como declaração de assistência técnica, como fundamento autônomo de inabilitação;
- d) A adoção das providências subsequentes cabíveis, com o regular prosseguimento do certame, observada a estrita legalidade e a vinculação ao instrumento convocatório.

Por fim, o acolhimento do presente recurso restabelece a legalidade do procedimento, resguarda a Administração de riscos jurídicos, operacionais e ambientais, e protege os próprios agentes públicos de futuras imputações de irregularidade grave ou responsabilização pessoal em sede de controle externo.

6. DAS CONTRARRAZÕES

6.1. A RECORRIDA, contrapõe as alegações da empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 em termos gerais que:

(...)

CONTRARRAZÕES

Em que pese o esforço da Recorrente na construção de uma dialética recursal, nota-se *prima facie*, que as alegações se encontram eivadas de contradições e sofismas, com o único intuito, ou seja, induzir o pregoeiro a interpretação diversa da expressa no edital.

Passaremos agora a análise da peça recursal em sua extensão:

DIVERGÊNCIA DE ENDEREÇO.

A recorrente tenta de forma ardilosa transformar um simples erro material, em falsidade ideológica. Pois bem, a recorrente suscita dúvida quanto a localização da sede da recorrida, no intuito de questionar a veracidade das demais declarações do fabricante, no entanto, não justifica por meios legais

esta suposta discrepância, seja por meio de fotos ou diligência, etc... Alega erro insanável, ledô engano da recorrente, o erro material ou formal é sanável. O erro no número do endereço da sede da empresa, por si só, não é motivo para desclassificar ou inhabilitar uma licitante, sendo considerado um erro material ou formal sanável. De acordo com o princípio do formalismo moderado, adotado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), a Administração Pública não deve eliminar licitantes por meras falhas de preenchimento que não comprometam a essência da proposta ou a qualificação técnica/jurídica. Erro Formal Sanável: Se a empresa for facilmente identificável pelo CNPJ e os demais documentos estiverem corretos, a falha no número é irrelevante para a disputa. No caso em tela, a própria recorrente admite que os demais dados do endereço estão corretos, e apenas o número do estabelecimento comercial está incorreto. Diligência: A administração tem o poder-dever de realizar diligências para sanar o erro, solicitando a correção ou a apresentação de documentos complementares que comprovem o endereço correto.

Prevalência do Interesse Público: A desclassificação por erro no endereço fere a competitividade e impede que a administração contrate a proposta mais vantajosa. Jurisprudência: O TCU entende que erros formais na documentação ou na proposta não devem levar à exclusão, desde que não haja fraude ou falsificação. Nobre Coordenadora de Gestão de Licitações, a Recorrente não apresentou nenhuma prova, que ateste seus questionamentos.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO - REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - INABILITAÇÃO QUE SE MOSTRA DESARRAZOADA - FORMALISMO EXACERBADO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - MERO ERRO MATERIAL. 1 - A desclassificação da concorrente, em razão da constatação de um erro material, que não tem o condão de causar prejuízos à administração, é um formalismo exacerbado, que não se justifica. 3 - Direito líquido e certo da impetrante reconhecido, visto que o ato impugnado não se faz conforme o princípio da razoabilidade.> (TJ-MG - AC: 10000180647539001 MG, Relator.: Armando Freire, Data de Julgamento: 10/09/2019, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/09/2019)

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE FIRMA RECONHECIDA. MERA IRREGULARIDADE. VÍCIO SANÁVEL. PREVISÃO LEGAL. EXCLUSÃO DO LICITANTE INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A atual jurisprudência do STJ é no sentido de que a ausência de firma reconhecida em documento é mera irregularidade em uma licitação e, portanto, passível de ser sanada. 2 Independentemente da falta de insurgência específica em momento anterior sobre a exigência editalícia, acerca do reconhecimento de firma para todos os signatários, mostra-se desarrazoável a exclusão do licitante do procedimento licitatório e sem oportunizar a regularização do defeito apontado, até porque se trata de vício que não altera a substância da proposta ou sua validade jurídica. Com isso, prestigiam-se os princípios da economicidade, eficiência, proporcionalidade e razoabilidade, além de garantir a finalidade maior do processo licitatório, que é a obtenção da proposta mais vantajosa ao interesse público. Entender de modo diverso seria um excesso de formalismo por parte previsão legal de saneamento desse tipo de irregularidade documental, conforme art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, vigente à época da contratação. 3. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CONHECIDAS E DESPROVIDAS.

Ementa REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. Exclusão do certame licitatório em razão da apresentação de índices econômico-financeiros em cópia simples, desacompanhada dos originais, como previsto no edital. Sentença que concedeu a segurança para que a autoridade coatora habilite a impetrante na licitação. A Administração não deve se pautar pelo excesso de formalismo, em especial quando não se evidencia qualquer prejuízo ao processo

licitatório. Ausência de questionamentos quanto à veracidade das informações prestadas pela empresa agravada. Formalismo excessivo em descompasso com os fins almejados no procedimento licitatório. Princípio da vinculação ao edital que não é desrespeitado. Colisão entre princípios a ser resolvida por ponderação, diversamente do que se passa com as regras (lógica do "tudo ou nada"). Princípio da vinculação ao edital que, no caso concreto, dá lugar à aplicação do princípio do formalismo moderado para afastar a necessidade de apresentação de documentação original. Sentença mantida. Reexame necessário não provido.

Além do mais, o ônus da prova incumbe:

Art. 373 do CPC: O ônus da prova incumbe: I – ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II – (...)

DA DISCREPÂNCIA NO PORTE DA EMPRESA E SEU IMPACTO NA DECLARAÇÃO UNIFICADA

Vejamos a exigência expressa no edital, quanto a participação das empresas:

EDITAL PREGÃO 90024/2025 (UASG: 130005)

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3.6. Nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

O edital é soberano, e os participantes, devem obedecer às exigências, as quais baseia-se em um dos princípios fundamentais do Direito Administrativo e das Licitações: o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (ou Vinculação ao Edital).

No presente caso o edital é taxativo: não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas,

Objetivos e Finalidade do Princípio da Vinculação ao Edital

Seu objetivo sempre foi garantir isonomia e segurança jurídica, impedindo que o poder público alterasse as regras durante o desenrolar do certame ou agisse de forma discricionária em favor de determinados participantes.

Essa mesma concepção foi incorporada e ampliada pela Lei nº 14.133/2021, que, em seu artigo 5º, coloca a vinculação ao instrumento convocatório no rol de princípios básicos a serem observados em qualquer processo licitatório.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Quando um órgão licitante declara no edital que não serão concedidos os benefícios de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) — previstos na Lei Complementar 123/2006 — a licitação compete em igualdade de condições entre todas as empresas, independentemente do tamanho.

Em concorrência ampla, a EPP deve cumprir todos os requisitos técnicos e de habilitação exigidos para qualquer empresa (grande porte). Se falhar, é desclassificada.

Além do mais a recorrida declarou, ao se cadastrar no sistema, que não se enquadra mais no porte de EPP, sem beneficiar-se de qualquer benefício de desempate.

DA LICENÇA PARA USO DA CONFIGURAÇÃO DE VEÍCULO OU MOTOR (LCVM)

“A ausência da LCVM diretamente em nome da WEST MAQ LTDA para o modelo de trator ofertado inviabiliza a comprovação da conformidade ambiental do produto sob a responsabilidade da licitante.(...)”

Vejamos a exigência do edital:

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO Sustentabilidade

“4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração. de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I; 4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE”

A recorrente tenta dar interpretação diversa aos requisitos do edital.

A Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) é o documento que atesta o atendimento à legislação de emissões veiculares (poluentes e ruído) e permite a comercialização de motores, veículos leves, veículos pesados e máquinas no Brasil.

Os procedimentos para sua obtenção foram estabelecidos pelas Portarias Ibama nº 86/1996 e 167/1997, e atualizado por normas subsequentes.

A licença é requisito para registro desses mesmos veículos junto ao Senatran.

Quem deve solicitar a LCVM ao Ibama?

Pessoas físicas e jurídicas que importam ou fabricam motores, veículos leves, veículos pesados e máquinas rodoviárias e agrícolas sujeitos ao controle de emissão de poluentes.

A licença (LCVM) é referente as características do motor, e não do licitante, no caso em tela foi apresentada a referida licença em nome do fabricante, devidamente revalidade, pelo SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério do Meio Ambiente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA REVALIDAÇÃO Nº: 103666 LICENÇA ORIGINAL Nº: 97565 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO - DA Licença válida até 31 de Dezembro de 2026.

Repisamos:

Objetivos e Finalidade do Princípio da Vinculação ao Edital

Seu objetivo sempre foi garantir isonomia e segurança jurídica, impedindo que o poder público alterasse as regras durante o desenrolar do certame ou agisse de forma discricionária em favor de determinados participantes.

Essa mesma concepção foi incorporada e ampliada pela Lei nº 14.133/2021, que, em seu artigo 5º, coloca a vinculação ao instrumento convocatório no rol de princípios básicos a serem observados em qualquer processo licitatório.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

DECLARAÇÃO DO FABRICANTE COM INFORMAÇÃO INCONSISTENTE SOBRE A SEDE DA LICITANTE

Novamente a recorrente tenta levantar dúvidas quanto a veracidade das declarações do fabricante.

A recorrente tenta de forma ardilosa transformar um simples erro material, em falsidade ideológica.

Pois bem, a recorrente suscita dúvida quanto a localização da sede da recorrida, no intuito de questionar a veracidade das demais declarações do fabricante, no entanto, não justifica por meios legais esta suposta discrepância, seja por meio de fotos ou diligência, etc...

O erro na cidade da sede da empresa, por si só, não é motivo para desclassificar ou inabilitar uma licitante, sendo considerado um erro material ou formal sanável.

De acordo com o princípio do formalismo moderado, adotado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), a Administração Pública não deve eliminar licitantes por meras falhas de preenchimento que não comprometam a essência da proposta ou a qualificação técnica/jurídica.

Erro Formal Sanável: Se a empresa for facilmente identificável pelo CNPJ e os demais documentos estiverem corretos, a falha no número é irrelevante para a disputa.

Diligência: A administração tem o poder-dever de realizar diligências para sanar o erro, solicitando a correção ou a apresentação de documentos complementares que comprovem o endereço correto.

Prevalência do Interesse Público: A desclassificação por erro no endereço fere a competitividade e impede que a administração contrate a proposta mais vantajosa.

Jurisprudência: O TCU entende que erros formais na documentação ou na proposta não devem levar à exclusão, desde que não haja fraude ou falsificação.

Nobre Coordenadora de Gestão de Licitações, a Recorrente não apresentou nenhuma prova, que ateste seus questionamentos.

Além do mais, o ônus da prova incumbe:

Art. 373 do CPC: O ônus da prova incumbe: I – ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II – (...)

Face a alegações equivocadas, cuja intenção, resta evidente ter caráter meramente protelatório, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante WEST MAQ LTDA., uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital. com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nestes Termos, espera Deferimento.

6.2. A RECORRIDA, contrapõe as alegações da empresa **RZK AGRO LTDA** inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82 em termos gerais que:

(...)

CONTRARRAZÕES

Em que pese o esforço da Recorrente na construção de uma dialética recursal, nota-se *prima facie*, que as alegações se encontram eivadas de contradições e sofismas, com o único intuito, ou seja, induzir o pregoeiro a interpretação diversa da expressa no edital.

Passaremos agora a análise da peça recursal em sua extensão:

Quanto as alegações itens 1 e 2, referentes a ASSISTÊNCIA TÉCNICA. faz-se necessário reproduzir parte do termo de referência do presente edital:

TERMO DE REFERÊNCIA

A recorrida apresentou atestados de capacidade técnica idôneos, conforme exigência editalícia.

(...) 4.2.8. O licitante vencedor, para a execução contratual, deverá atestar a existência, na região em que se sagrou vencedor – por

declaração emitida pelo fabricante preferencialmente assinada por ele digitalmente com seu certificado digital (e-CNPJ) – de distribuidor autorizado de peças e prestador autorizado de assistência técnica com estrutura física, estoque de peças, ferramental, veículos e mão-de-obra qualificada disponíveis para a prestação de serviço de assistência técnica durante a garantia (8 2º, artigo 47, cumulado com inciso II, artigo 67, da Lei nº 14.133/2021), contendo: CNPJ, razão social, endereço, município, UF, telefone, e mail, natureza da prestação (peças/serviços/ambos). (...)

No caso em tela a recorrente apresentou declaração emitida pelo fabricante, com autenticação de documentos em língua chinesa com selo (carimbo) para uso no Brasil, ou vice-versa, reconhecido no Brasil, com a entrada da China na Convenção da Apostila de Haia em 7 de novembro de 2023.

O selo (ou Yin Jang) é considerado uma assinatura oficial na China, e reconhecido no Brasil.

Insta destacar-se que recorrida apresentou declarações pelo fabricante, vejamos:

A fabricante LOVOL INTELLIGENT AGRICULTURAL TECHNOLOGY CO. LTD., declarou que a WEST MAQ LTDA, lhe representa como Dealer Master, autorizada a comercializar tratores, peças e componentes, e a prestar assistência técnica por ela ou SEUS SUBDEALERS credenciados.

Portanto, as alegações, quanto a NÃO POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA, se pautam apenas na frágil tentativa de impugnação e posterior invalidação das declarações apresentadas pelo fabricante.

As declarações apresentadas pelo fabricante, ao contrário do que alegou a recorrente, são legítimas e válidas, afastando a presunção de DOCUMENTOS APÓCRIFOS, conforme demonstraremos mais adiante.

Juntou ainda, atestados de capacidade técnica, em conformidade com o exigido no edital, em epígrafe.

Quanto as alegações item 4 referente a suposta ausência de comprovação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) correspondente ao equipamento ofertado.

Vejamos a exigência do edital:

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO Sustentabilidade

“4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração. de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I; 4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE”

A recorrente tenta dar interpretação diversa aos requisitos do edital.

A Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) é o documento que atesta o atendimento à legislação de emissões veiculares (poluentes e ruído) e permite a comercialização de motores, veículos leves, veículos pesados e máquinas no Brasil.

Os procedimentos para sua obtenção foram estabelecidos pelas Portarias Ibama nº 86/1996 e 167/1997, e atualizado por normas subsequentes.

A licença é requisito para registro desses mesmos veículos junto ao Senatran.

Quem deve solicitar a LCVM ao Ibama?

Pessoas físicas e jurídicas que importam ou fabricam motores, veículos leves, veículos pesados e máquinas rodoviárias e agrícolas sujeitos ao controle de emissão de poluentes.

A licença (LCVM) é referente as características exclusivas do motor, e não da máquina que ele esteja acoplado, no caso em tela foi apresentada a referida licença em nome do fabricante, devidamente revalidada, pelo SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério do Meio Ambiente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA

Objetivos e Finalidade do Princípio da Vinculação ao Edital

Seu objetivo sempre foi garantir isonomia e segurança jurídica, impedindo que o poder público alterasse as regras durante o desenrolar do certame ou agisse de forma discricionária em favor de determinados participantes.

Essa mesma concepção foi incorporada e ampliada pela Lei nº 14.133/2021, que, em seu artigo 5º, coloca a vinculação ao instrumento convocatório no rol de princípios básicos a serem observados em qualquer processo licitatório.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Quanto as alegações item 4, referente a apresentação de documento apócrifo:

"A empresa WEST MAQ LTDA apresentou, para fins de atendimento aos itens 4.2.8 e 5.17 do Termo de Referência, declaração de assistência técnica supostamente emitida pelo fabricante dos tratores, a qual não ostenta qualquer identificação válida do signatário, configurando-se, de forma inequívoca, DOCUMENTO APÓCRIFO,"

Ledo engano, a recorrente desconhece o termo APÓCRIFO, Vejamos a definição:

Um documento apócrifo é aquele que não possui assinatura, autoria identificada ou autenticidade comprovada, sendo comumente tratado como um documento anônimo.

No âmbito jurídico, documentos sem assinatura (apócrifos) geralmente não possuem validade legal ou força probatória, sendo considerados inidôneos para produzir efeitos jurídicos.

Principais Aspectos:

Definição: Originário do grego, significa "oculto" ou "escondido", referindo-se a textos de autoria duvidosa ou anônimos.

Validade Jurídica: Documentos apócrifos são frequentemente rejeitados como prova, pois a falta de assinatura impede a verificação da integridade e a vinculação da autoria às declarações.

No caso em tela, não se configura como "documento apócrifo", pois vejamos:

A legislação pertinente a matéria que regula documentos redigidos em língua chinesa, reconhecida pelo Brasil, diz o seguinte:

Autenticação de documentos em língua chinesa com selo (carimbo) para uso no Brasil, ou vice-versa, passou por mudanças significativas com a entrada da China na Convenção da Apostila de Haia em 7 de novembro de 2023. O selo (ou Yin Jang) é considerado uma assinatura oficial na China.

Aqui estão os procedimentos para ambos os sentidos:

1. Documento Chinês com Selo para Uso no Brasil Documentos emitidos na China (contratos, certidões, diplomas) contendo selos oficiais chineses:

Apostilamento na China: O documento precisa ser apostilado pelas autoridades competentes na China (Ministério das Relações Exteriores ou escritórios autorizados) para ter validade no Brasil.

Tradução Juramentada: Após apostilado, o documento deve ser traduzido no Brasil por um tradutor juramentado para ter validade legal, conforme exigido pela legislação brasileira.

A recorrida juntou na fase de habilitação, declaração do fabricante informando

que possui assistência técnica, com identificação ao declarante, bem como, carimbo do selo oficial autenticador, tanto na declaração em língua chinesa, quanto na tradução para o idioma pátrio.

Nobre pregoeiro, para ser certificado por SELO CARIMBO, os documentos foram apostilados pelas autoridades competentes da China, seja pelo Ministério da Relações Exteriores ou escritórios autorizados.

Se a recorrente quer questionar a autenticidade das declarações apresentadas, deve procurar as seguintes autoridades:

Consulados Brasileiros na China: Atuam na legalização de documentos, garantindo a legitimidade do selo chinês para uso no Brasil.

Cartórios de Notas (Brasil): Para que um documento com carimbo chinês tenha validade no Brasil, ele geralmente passa pela legalização consular e o cartório brasileiro pode atestar a firma da autoridade consular, validando indiretamente o documento.

Face a alegações equivocadas, cuja intenção, resta evidente ter caráter meramente protelatório, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante WEST MAQ LTDA., uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital. com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nestes Termos, espera Deferimento.

7. MANIFESTAÇÃO ÁREA TÉCNICA

7.1. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022](#) e o [art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#) prescrevem que cabe ao agente de contratação verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Contudo, **diante de determinados objetos e assuntos, principalmente aqueles que envolvem alto grau de complexidade técnica, o agente de contratação poderá necessitar de auxílio para formar sua convicção e assim poder decidir**, seja acerca da aceitabilidade das propostas, seja a respeito da comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação.

7.2. Nesses casos, **até por não poder adentrar em temas essencialmente técnicos, cumprirá ao pregoeiro solicitar às áreas técnicas da entidade promotora da licitação a emissão de manifestação técnica que auxilie para formar sua convicção e tomada de decisão**. Inclusive, dependendo da configuração da situação fática, **nada impede que a área técnica também recorra a terceiros estranhos aos quadros da Administração para auxiliar na elaboração dessas manifestações**.

7.3. Dada a manifesta insipiência deste pregoeiro e considerando que os documentos apresentados são de **caráter técnico**, as **razões recursais apresentadas pela licitante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10, bem como das contrarrazões apresentadas pela licitante WEST MAQ LTDA inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10 foram encaminhadas à EPC, **dada a expertise e o conhecimento técnico acerca do objeto em comento**, para análise e julgamento quanto às **especificações** contidas no Termo de Referência - Anexo I do Instrumento Convocatório.

7.4. Por sua vez, a EPC manifestou-se por meio do Relatório Circunstanciado Item 21 - XCMG (SEI nº 50331255) nos seguintes termos:

(...)

SÍNTESE

O recurso administrativo referenciado em epígrafe, interposto pela XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. (CNPJ 14.707.364/0001-10), doc. (50290977), suscita

supostas irregularidade da empresa WEST MAQ LTDA(CNPJ nº 46.249.732/0001-10), **sob o argumento de que** existe inconsistências e divergências de informações relativas ao endereço da sede da licitante, da discrepância no porte da empresa e seu impacto na declaração unificada, da licença para uso da configuração de veículo ou motor (LCVM) e declaração do fabricante.

Em sede de contrarrazões, a Recorrida sustenta que as alegações apresentadas estariam eivadas de contradições e interpretações equivocadas do edital, trazendo aos autos documentação comprobatória com o intuito de afastar os apontamentos formulados.

ANÁLISE

De início, traz-se a previsão do Edital que respalda alguns dos procedimentos adotados por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise que seguir-se-á:

“6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das **propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, **assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos**, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.”

(...)

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios **insanáveis**; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, **desde que insanável.**”

Passa-se, expeditamente, à análise das supostas irregularidades.

A Recorrente alega que houve inconsistência quanto ao endereço da sede da empresa, sustenta que haveria divergência relevante capaz de comprometer a confiabilidade das informações prestadas pela licitante. Para tanto, aponta que a Certidão Simplificada da JUCEMAT, o Cartão do CNPJ, o Alvará de Funcionamento, a 3ª e 4ª Alterações Contratuais, bem como a procuração apresentada pela WEST MAQ LTDA, **indicam como sede o endereço Rua Quintino Bocaiuva, nº 1.525, Sala B, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76.801-250**. Em contrapartida, a **Declaração de Distribuição emitida pelo fabricante LOVOL, que reconhece a empresa como distribuidora autorizada, menciona o mesmo logradouro, porém com numeração distinta (nº 6.591), mantendo inalterados os demais elementos identificadores do endereço.**

Segundo a Recorrente, tal divergência, especialmente por constar em documento emitido por terceiro diretamente relacionado ao objeto licitado, geraria dúvidas quanto à precisão das informações apresentadas e à efetiva localização da sede da empresa, podendo comprometer a veracidade das declarações prestadas e a confiabilidade dos dados necessários à fiscalização contratual.

Ainda no mesmo contexto, foi apontado que os Balanços Patrimoniais referentes aos exercícios de 2023 e 2024, bem como os extratos do Livro Diário nº 02/2023, fazem referência ao endereço anteriormente utilizado pela empresa, qual seja: Rua da Beira, nº 6591, Sala C, Bairro Lagoa, Porto Velho/RO, CEP 76812-0003, o que, na ótica da Recorrente, reforçaria a inconsistência cadastral.

Em contrarrazões, a Recorrida esclarece que não há divergência substancial quanto à localização da sede, mas apenas erro material relacionado à numeração do imóvel em documento emitido por terceiro, o qual não possui natureza constitutiva ou registral. Sustenta, ainda, que **eventual imprecisão**

seria plenamente sanável por diligência administrativa, não configurando irregularidade apta a ensejar inabilitação ou desclassificação.

A análise dos autos evidencia que a divergência apontada **restringe-se exclusivamente ao número do imóvel** mencionado em documento emitido pelo fabricante, permanecendo coincidentes todos os demais elementos identificadores do endereço, inclusive nos documentos oficiais e registrais da empresa. Trata-se, portanto, de mera inconsistência numérica, desprovida de potencial para comprometer a identificação da sede empresarial ou a regularidade da habilitação jurídica.

Nesse cenário, **a irregularidade apontada caracteriza erro material sanável, cuja correção poderia ser promovida mediante simples diligência**, consistente na solicitação de confirmação ou complementação documental, sem qualquer prejuízo à isonomia, à competitividade ou à vinculação ao instrumento convocatório. Tal entendimento encontra respaldo no princípio do formalismo moderado, consagrado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e incorporado ao regime jurídico da Lei 14.133/2021, segundo o qual falhas meramente formais que não comprometam a substância da proposta ou a qualificação do licitante **não devem ensejar sua exclusão do certame.**

Cumprir destacar, inclusive, que a própria Recorrente reconhece que os demais dados do endereço permanecem corretos, limitando-se a divergência ao número do estabelecimento. Nessas circunstâncias, a adoção de diligência saneadora revela-se medida suficiente e adequada, inexistindo vício insanável capaz de justificar a desclassificação da licitante.

Superada a questão relativa ao endereço, **passa-se à análise da alegada divergência quanto à natureza jurídica e ao porte empresarial da WEST MAQ LTDA.** Consta dos autos que tanto a Certidão Simplificada da JUCEMAT quanto o Cartão do CNPJ classificam a empresa como Empresa de Pequeno Porte (EPP). Todavia, na Declaração Unificada apresentada em 18 de dezembro de 2025, a licitante afirmou não se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, o que, em tese, **configura contradição entre a declaração prestada e os registros oficiais.**

De fato, a divergência formal existe e merece registro. Contudo, a análise jurídica da questão **deve considerar seus efeitos concretos no certame.** O edital foi expresso ao estabelecer que não haveria concessão de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, afastando a aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006. Assim, independentemente do enquadramento formal da empresa como EPP, **não haveria qualquer repercussão prática quanto à participação no procedimento licitatório.**

Em licitações nas quais não se aplica o regime diferenciado previsto na legislação específica, todas as empresas concorrem em igualdade de condições, submetendo-se aos mesmos requisitos de habilitação, julgamento e execução contratual. Desse modo, eventual equívoco declaratório quanto ao porte empresarial **não produz vantagem competitiva, não interfere na análise da proposta e tampouco compromete a lisura do certame.**

Importa ressaltar, ainda, que o enquadramento como empresa de pequeno porte **não afasta a obrigação de cumprimento integral das exigências editalícias quando inexistente tratamento favorecido, razão pela qual a regularidade da habilitação deve ser aferida objetivamente à luz dos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.** Ademais, consta dos autos que a licitante declarou, no sistema eletrônico do certame, não se beneficiar do enquadramento como EPP, inexistindo usufruto de qualquer prerrogativa legal, inclusive no tocante a critérios de desempate.

Assim, embora a inconsistência formal mereça registro como impropriedade documental, não se verifica prejuízo à Administração Pública, tampouco vantagem indevida à licitante, inexistindo repercussão material apta a comprometer a legalidade do procedimento.

À luz do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, cumpre observar que o edital expressamente afastou a concessão de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo regime de competição em condições uniformes entre todos os participantes. Nesse contexto, eventual divergência quanto ao enquadramento empresarial não possui relevância jurídica suficiente para caracterizar vício insanável ou irregularidade capaz de ensejar a exclusão da licitante.

Dessa forma, tanto a divergência quanto ao endereço quanto a inconsistência declaratória relativa ao porte empresarial configuram impropriedades formais e materiais plenamente sanáveis, desprovidas de impacto concreto sobre a competitividade, a isonomia ou a regularidade do certame, não se evidenciando fundamento jurídico para a desclassificação ou inabilitação da empresa recorrida.

No que tange à apresentação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) referente ao motor WP3.2G80E316, com validade até 31 de dezembro de 2026, verifica-se que o documento foi emitido em nome da empresa WANVE Serviços de Certificação e Inspeção LTDA, e não em nome da própria licitante ou do fabricante diretamente vinculado a ela. Sustenta a Recorrente que a apresentação da licença em nome de terceiro não comprovaria a conformidade ambiental do produto ofertado pela WEST MAQ LTDA, configurando falha grave no atendimento às exigências editalícias.

A Recorrente aduz, ainda, que situação semelhante teria motivado a desclassificação da Recorrida no Pregão Eletrônico nº 90010/2025. Argumenta que, embora exista declaração do fabricante LOVOL mencionando a WANVE como distribuidora e atestando a conformidade dos tratores, tal documento não supriria a exigência de apresentação de LCVM válida e vinculada à licitante. Dessa forma, a ausência de licença emitida em nome da WEST MAQ LTDA, na ótica recursal, inviabilizaria a comprovação da regularidade ambiental do produto, razão pela qual se pleiteia a desclassificação da empresa, em observância aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da legalidade do certame.

Sob o aspecto técnico, contudo, verifica-se que as informações apresentadas pela Recorrente relativas à LCVM, bem como as imagens juntadas aos autos provenientes de outro certame, referem-se a contexto distinto, relacionado à verificação do atendimento às exigências do PROCONVE, sem demonstração inequívoca do enquadramento do produto na fase específica então exigida. Naquele caso, conforme registrado, **mesmo após a realização de diligência, não restou comprovado o atendimento à fase regulamentar correspondente**, circunstância que ensejou a desclassificação.

A situação ora examinada, entretanto, não se confunde com o precedente invocado. No presente caso, não se discute ausência de comprovação do atendimento aos parâmetros ambientais ou desconformidade do produto com a regulamentação aplicável, **mas apenas o fato de a LCVM ter sido emitida em nome de empresa terceira vinculada ao processo de certificação e comercialização do produto. Trata-se, portanto, de hipótese juridicamente distinta, que deve ser apreciada à luz da natureza e da finalidade do documento exigido.**

Conforme esclarecido nas contrarrazões, a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor constitui documento técnico que atesta o atendimento do motor ou equipamento aos limites de emissão de poluentes e de ruído estabelecidos pela legislação ambiental brasileira, sendo requisito para a comercialização e o registro de veículos, motores e máquinas agrícolas e rodoviárias no território nacional. Seus procedimentos de obtenção foram estabelecidos por normas expedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, notadamente pelas Portarias nº 86/1996 e nº 167/1997, posteriormente atualizadas por atos normativos supervenientes.

A licença, portanto, vincula-se às características técnicas do motor ou da configuração veicular certificada, e não à pessoa jurídica licitante

em si considerada. Em outras palavras, trata-se de documento que comprova a regularidade ambiental do produto, independentemente de quem o comercializa, desde que demonstrado o nexo entre o equipamento ofertado e a configuração licenciada.

No caso concreto, a **documentação apresentada demonstra a correspondência entre o produto ofertado e a configuração técnica objeto da licença ambiental**, inexistindo indício de desconformidade quanto ao atendimento às exigências de controle de emissões. Ademais, a declaração do fabricante apresentada nos autos estabelece o vínculo comercial e técnico necessário entre o equipamento e a cadeia de fornecimento, conferindo respaldo à utilização da licença apresentada.

Isto posto, não se identifica descumprimento da exigência editalícia, uma vez que a finalidade da LCVM é comprovar que a conformidade ambiental do motor ofertado foi efetivamente atendida. Não há, portanto, irregularidade material apta a comprometer a regularidade da proposta ou a habilitação da licitante.

Diante do exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação conclui que a exigência prevista no Edital e no Termo de Referência foi devidamente atendida, tendo a Recorrida, em sede de contrarrazões, apresentado documentação complementar suficiente para sanar as dúvidas suscitadas e comprovar a regularidade do produto ofertado. Desse modo, eventual diligência que poderia ser instaurada por esta Administração restaria esvaziada de objeto, por já se encontrarem esclarecidos e comprovados os pontos controvertidos, inexistindo vício ou irregularidade apta a ensejar a inabilitação ou desclassificação da WEST MAQ LTDA.

Assim, conhece-se do recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade, opinando-se pelo seu não provimento, em sua integralidade.

7.5. De outro giro, dada a manifesta insipiência deste pregoeiro e considerando que os documentos apresentados são de **caráter técnico**, as **razões recursais apresentadas pela licitante RZK AGRO LTDA** inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82, bem como das contrarrazões apresentadas pela licitante WEST MAQ LTDA inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10 foram encaminhadas à EPC, **dada a expertise e o conhecimento técnico acerca do objeto em comento**, para análise e julgamento quanto às **especificações** contidas no Termo de Referência - Anexo I do Instrumento Convocatório.

7.6. Por sua vez, a EPC manifestou-se por meio do Relatório Circunstanciado Item 21 - RZK (SEI nº 50332146) nos seguintes termos:

(...)

SÍNTESE

O recurso administrativo referenciado em epígrafe, interposto pela **RZK AGRO LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 07.685.671/0001-82**, suscita supostas irregularidade da empresa **WEST MAQ LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 46.249.732/0001-10**, sob a alegação de supostas irregularidades na documentação apresentada.

A recorrente alega a inaptidão da empresa recorrida sob o argumento de inexistência de suporte técnico autorizado na Região Centro - Oeste e a inobservância do prazo mínimo de 12 meses de experiência. Além disso, questiona a validade jurídica da declaração de assistência técnica — classificando-a como apócrifa — e aponta a falta de comprovação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) relativa ao objeto licitado.

Por sua vez, a recorrida sustenta a conformidade da proposta com o edital e que as razões recursais buscam apenas retardar o desfecho do

ANÁLISE

De início, traz-se a previsão do Edital que respalda alguns dos procedimentos adotados por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise que seguirá-se-á:

"6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das **propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, **assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos**, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição."

(....)

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios **insanáveis**; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, **desde que insanável.**"

Passa-se, expeditamente, à análise das supostas irregularidades.

A PRIMEIRA IRREGULARIDADE (item 21)

INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO VÁLIDA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TODOS OS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE.

A Recorrente alega que a recorrida não comprovou, de forma documental e idônea, a existência de rede de assistência técnica autorizada em todos os Estados abrangidos pelo Item 21, em descumprimento direto aos itens 4.2.8, 5.17, 5.17.1 e 5.18 do Termo de Referência, inexistindo comprovação de estrutura física adequada, estoque mínimo de peças, equipe técnica qualificada e experiência mínima exigida.

Em contrarrazões a Recorrida sustenta que apresentou atestados de capacidade técnica idôneos, conforme exigência editalícia. Complementa ressaltando a declaração emitida pelo fabricante, com autenticação de documentos em língua chinesa com selo (carimbo) para uso no Brasil, ou vice-versa, reconhecido no Brasil, com a entrada da China na Convenção da Apostila de Haia em 7 de novembro de 2023.

Diante do exposto, é imperativo destacar que a Declaração de Assistência Técnica visa garantir a disponibilidade de suporte especializado e a perenidade operacional dos equipamentos durante o período de garantia, assegurando assim a assistência direta da marca ofertada. Tal instituto é regido pelo item 5.17 e posteriores. Sob esse prisma, observa-se que a licitante apresentou Declaração de Assistência Técnica com tradução, apta a comprovar experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços especializados. O referido documento atesta que a empresa dispõe de infraestrutura própria ou via rede autorizada dotada de estrutura física, estoque de sobressalentes, ferramental técnico e logística veicular, além de mão de obra qualificada, assegurando o pleno atendimento e a garantia dos bens no Estado/Região em que os bens serão destinados.

Não obstante, conforme mencionado acima nos termos do Edital, a proposta apresentada vincula a licitante à execução fiel do objeto. Isso inclui a disponibilização de todos os recursos, ferramentas e equipamentos necessários à sua perfeita realização, sob o compromisso de manter a qualidade exigida e promover as substituições que se fizerem pertinentes durante a vigência contratual. O descumprimento do dever de manter a qualidade técnica ou de realizar as substituições devidas sujeita a contratada às penalidades previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Primeira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A SEGUNDA IRREGULARIDADE (item 21)

DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA APÓCRIFA

Em sede recursal, a recorrente sustenta que a declaração de assistência técnica apresentada carece de identificação do subscritor, uma vez que não indica nome, cargo ou poderes de representação que comprovem o vínculo com o fabricante. Por se tratar de documento apócrifo, sem autoria identificável, seria inapto a produzir efeitos jurídicos ou a comprovar requisito técnico indispensável à habilitação.

Em contraponto às alegações da recorrente, a recorrida esclarece que a declaração de assistência técnica apresentada na fase de habilitação contém a devida identificação do declarante e o respectivo selo oficial autenticador, tanto no original em língua chinesa quanto em sua tradução. Ressalta, ainda, que os referidos documentos foram devidamente apostilados pelas autoridades competentes na China (Ministério das Relações Exteriores ou órgãos autorizados), conferindo-lhes validade internacional nos termos da Convenção de Haia.

Sob este prisma, verifica-se que a Recorrida apresentou Declaração de Assistência Técnica idônea, comprovando experiência superior a 12 (doze) meses na prestação de serviços especializados. O referido instrumento ratifica que a empresa dispõe de infraestrutura — própria ou por rede autorizada — dotada de instalações físicas, estoque de sobressalentes, ferramental técnico e logística veicular, além de mão de obra qualificada, o que assegura o suporte pós-venda e a garantia integral dos equipamentos na região de destino. Ressalte-se que o documento contém a devida identificação do declarante na qualidade de fabricante, ostentando o respectivo selo oficial de autenticação que lhe confere validade. Tal documento goza de presunção de veracidade, em estrita observância ao princípio da boa-fé, o que ratifica sua autenticidade.

Ademais, consigne-se que a proposta e a declaração vinculam o licitante à prestação do objeto ofertado nas condições nela estabelecidas. O descumprimento de tais obrigações enseja a aplicação das sanções cabíveis, em estrita conformidade com a Lei de Licitações.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Segunda Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A TERCEIRA IRREGULARIDADE (item 21)

DA IRREGULARIDADE NA LICENÇA LCVM

A Recorrente insurge-se, ainda, contra a suposta ausência de LCVM correlata ao objeto, apontando violação aos itens 4.2.3 e 4.2.4 do TR e às normas do PROCONVE. Defende a tese de que tal irregularidade é insanável e de natureza material, impossibilitando a aferição da aptidão técnica e maculando a seleção da proposta mais vantajosa. Aduz, em suma, que a manutenção do ato de habilitação afrontaria o bloco de princípios regentes da Administração Pública, especialmente a legalidade e a vinculação ao edital, conforme o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

Em sede de contrarrazões, a recorrida sustenta que a LCVM é referente às características exclusivas do motor, e não da máquina que ele esteja acoplado, no caso em tela foi apresentada a referida licença em nome do fabricante, devidamente revalidada, pelo SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério do Meio Ambiente INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA REVALIDAÇÃO Nº: 103666 LICENÇA ORIGINAL Nº: 97565.

Diante dos fatos narrados e em uma análise dos autos é possível verificar que a documentação de revalidação inicialmente apresentada pela empresa recorrida não continha os dados comprobatórios relativos às exigências do PROCONVE, fase MAR-I, o que motivou a abertura de diligência por este Ministério. Uma vez notificada, a empresa encaminhou os documentos pertinentes, logrando êxito em comprovar o cumprimento das exigências técnicas editalícias. Veja-se:

[imagem] revalidação nº 103666

Compulsando-se os autos, verifica-se, ainda, que o documento da LCVM apresentado e emitido em 18/12/2025, com validade até 31/12/2026, trata-se de uma revalidação sob o nº 103666, assim sendo a licença original sob o nº 97565 a qual possui a descrição de fase de atendimento do PROCONVE: MAR-I. Não obstante, a documentação acostada aos autos traz a identificação do motor em exata consonância com o catálogo técnico colacionado pela licitante, o que comprova a total compatibilidade do equipamento ofertado com as exigências ambientais e quesitos de sustentabilidade.

Assim, não prospera a alegação de irregularidade quanto à LCVM, uma vez que as exigências editalícias encontram-se plenamente atendidas.

Ademais, a tentativa de conferir à matéria contornos de irregularidade substancial mostra-se meramente retórica.

Portanto, quanto ao pedido relativo à "Terceira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

Diante do exposto, **conhece-se do recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade, opinando-se pelo seu não provimento, em sua integralidade.**

8. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1. A finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, desde que esta cumpra às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

8.2. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022](#) e o [art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#) prescrevem que cabe ao agente de contratação verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Contudo, **diante de determinados objetos e assuntos, principalmente aqueles que envolvem alto grau de complexidade técnica, o agente de contratação poderá necessitar de auxílio para formar sua convicção e assim poder decidir**, seja acerca da aceitabilidade das propostas, seja a respeito da comprovação do preenchimento de requisitos de habilitação.

8.3. Nesses casos, **até por não poder adentrar em temas essencialmente técnicos, cumprirá ao pregoeiro solicitar às áreas técnicas da entidade promotora da licitação a emissão de manifestação técnica que auxilie para formar sua convicção e tomada de decisão.** Inclusive, dependendo da configuração da situação fática, **nada impede que a área técnica também recorra a terceiros estranhos aos quadros da Administração para auxiliar na elaboração dessas manifestações.**

8.4. Diante do exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação conclui que a exigência prevista no Edital e no Termo de Referência foi devidamente atendida, tendo a Recorrida, em sede de contrarrazões, **apresentado documentação complementar suficiente para sanar as dúvidas suscitadas e comprovar a regularidade do produto ofertado. Desse modo, eventual diligência que poderia ser instaurada por esta Administração restaria esvaziada de objeto, por já se encontrarem esclarecidos e comprovados os pontos controvertidos**, inexistindo vício ou irregularidade apta a ensejar a inabilitação ou desclassificação da WEST MAQ LTDA.

8.5. Conforme pode ser observado no pronunciamento da EPC, quanto aos pedidos relativos as supostas irregularidades apontadas pela recorrente, **a área técnica opinou para que o recurso seja conhecido e negado o seu provimento em sua integralidade.**

8.6. Nesse sentido, com arrimo na manifestação da EPC (SEI nº 50331255 e 50332146), uma vez que esta possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, **ACOLHO** as manifestações da recorrida WEST MAQ LTDA inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10, em sede de contrarrazões, frente aos argumentos das recorrentes XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 e RZK AGRO LTDA inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82, proferidos em suas razões recursais, por seus próprios fundamentos, amparando-se ainda no que prescreve o [Acórdão nº 1217/2023 - Plenário do TCU](#), Relator Ministro Benjamin Zymler, que assim estabelece:

Ementa: É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios.

9. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

9.1. Por todo o exposto, recebo os recursos interpostos por atender aos requisitos de admissibilidade. Contudo, seus argumentos não suscitam viabilidade de reconsideração dos procedimentos adotados.

9.2. Com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conheço das razões recursais das licitantes **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 e **RZK AGRO LTDA** inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82 para, **no mérito, NEGAR PROVIMENTO**, razão pela qual **MANTENHO A DECISÃO** que declarou a licitante **WEST MAQ LTDA** inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10 vencedora do **Item 21** do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, julgando os pedidos da recorrente **IMPROCEDENTES**.

9.3. Submeto os autos à consideração superior para conhecimento, análise e decisão dos recursos administrativos em pauta.

Brasília/DF, na data da assinatura.

EDSON MARQUES FILHO

Agente de Contratação/Pregoeiro

[Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026](#)

Ciente e de acordo com os pressupostos fáticos trazidos à baila pelo pregoeiro ao longo deste expediente.

Considerando a instrução processual e a decisão de não procedência do pregoeiro, com arrimo nas atribuições conferidas na alínea "b" do inciso II do artigo 1º da [Portaria SE/MAPA nº 59/2025](#) e com fulcro no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, conheço das razões recursais das licitantes **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ 14.707.364/0001-10 e **RZK AGRO LTDA** inscrita no CNPJ 07.685.671/0001-82 para, **no mérito, NEGAR PROVIMENTO**, razão pela qual **MANTENHO A DECISÃO DO PREGOEIRO** que declarou a licitante **WEST MAQ LTDA** inscrita no CNPJ 46.249.732/0001-10 vencedora do **Item 21** do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, julgando os pedidos da recorrente **IMPROCEDENTES**.

Restituam-se os autos à Coordenação de Gestão de Licitações (CLIC) para conhecimento e demais providências.

ROBERTA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
Coordenadora-Geral de Aquisições

Processo número: 21000.042507/2025-77

Documento SEI nº: 50501977



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 19/02/2026, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA BORGES RIBEIRO DE SOUZA, Coordenadora-Geral**, em 20/02/2026, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50501977** e o código CRC **659A8955**.